

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2011

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Plano de Actividades e Orçamento - concebido para o ano de 2011 - constitui-se mais uma vez, como instrumento orientador e planeador da actividade que a instituição prevê desenvolver para o período em questão, dos objectivos de trabalho e respectivas metas que visa alcançar, e nele se vertem o máximo de elementos que permitam assegurar a gestão de forma consistente, eficaz, integrada e consentânea com as linhas orientadoras estratégicas que a entidade tem vindo a seguir desde a sua génese.

Este Plano de Actividades e Orçamento assume-se assim como um instrumento de planeamento da actividade da instituição, prevendo um conjunto realista de acções a desenvolver de forma sistematizada, calendarizada e avaliável em cada momento.

Em termos de contexto global do espaço de intervenção da instituição, é previsível que o ano de 2011 seja marcado pelos constrangimentos financeiros resultantes da crise económica que afecta, de uma forma geral, toda a Europa e o mundo, mas de forma mais aguda, pelas diversas debilidades do n/tecido sócio-económico, o nosso país.

É já um dado seguro, confirmado e implementado (apesar de com substanciais atrasos) que um novo modelo de financiamento será implementado em todo o universo de Escolas Profissionais, no que respeita ao financiamento dos cursos profissionais (já em vigor no presente ano lectivo 2010/2011), que será no próximo período de candidaturas aplicado também à oferta formativa dos cursos de educação-formação de jovens.

Trata-se na verdade de uma absoluta inovação a nível europeu, de implementação do 1º modelo europeu de financiamento de projectos em sistema de Custos Unitários, o que acarreta uma responsabilidade acrescida às Escolas Profissionais nacionais de bom desempenho, boa gestão e bons valores económicos, sociais e éticos, para que Bruxelas veja e confirme as boas virtudes que o novo modelo de financiamento encerra. De facto, acreditamos que este modelo de financiamento vai permitir às escolas uma gestão mais racional e flexível dos fluxos financeiros, centrando mais as energias nas componentes pedagógicas e formativas, desfocando da questão das elegibilidades ou não elegibilidades de despesas.

É também previsível que o ano de 2011 seja marcado por outros passos significativos no processo de consolidação das escolas profissionais e desde logo pela revisão do Decreto-Lei 4/98 de forma a conformar a legislação enquadradora do funcionamento das escolas profissionais com a realidade actual.

É igualmente previsível que o contexto global permita criar condições efectivas para que as Escolas Profissionais possam adoptar modelos de gestão compatíveis com as exigências do governo e da União Europeia em matéria de qualificação de jovens e adultos e que seja estabelecido um acordo com as organizações sindicais com vista à aprovação do primeiro Contrato Colectivo de Trabalho que até agora não foi possível concluir.

Deste modo, o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011 será marcado pela reafirmação do espaço de referência formativa assumida pela Escola Profissional de Felgueiras, no que respeita à organização da formação dirigida a públicos específicos, designadamente:

- *Jovens que pretendam frequentar cursos profissionais e cursos de especialização tecnológica de dupla certificação;*
- *Jovens que frequentam o ensino básico e pretendam frequentar cursos de educação e formação;*
- *Adultos que pretendem encetar percursos qualificantes completos (EFA escolares e profissionais);*
- *Adultos que pretendam enveredar por formações modulares certificadas de curta duração*
- *Adultos que pretendem ver reconhecidas e validadas as suas competências adquiridas em contextos formais e informais de aprendizagem (RVCC)*

Nesse sentido, mantém-se um quadro muito positivo de evolução futura no domínio formativo, dadas as potencialidades formativas que o contexto nacional apresenta e os recursos financeiros comunitários que se encontram ao dispor através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), cuja matriz de análise técnico-financeira de projectos valoriza as potencialidades das instituições de ensino e formação profissional, como é o nosso caso.

É pois neste contexto difícil, mas favorável em termos de oportunidades formativas e suporte legislativo que a instituição procedeu à elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para 2011 que a seguir se apresenta.

2 BREVE DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Abordar as questões relacionadas com o diagnóstico estratégico, significa uma reflexão atenta e pragmática sobre o posicionamento da entidade, enquanto interveniente do serviço público de educação e formação, num contexto marcado pela crise económica e financeira e a tomada de medidas restritivas em termos de redução da despesa pública e também privada, que necessariamente tem reflexos no sector da educação.

Do ponto de vista educativo, continuam a ser traços fundamentais da actividade das escolas profissionais, a decisão política de alargar a escolaridade obrigatória para os 18 anos, a generalização da oferta de cursos profissionais a todas as escolas secundárias públicas, bem como as medidas de política tendentes a reduzir o abandono escolar precoce.

Enquanto entidade formadora dotada de recursos e larga experiência, a escola tem o desafio de estar apta e receptiva para responder às exigências do contexto nacional, manter patamares elevados de qualidade das intervenções formativas e de privilegiar o contacto contínuo e a aferição das necessidades do contexto sócio-económico local e regional. É pois essencial, a manutenção e consolidação da ponte entre a escola/instituição formativa e o mundo do trabalho, o acompanhamento estreito do desenvolvimento da comunidade, para que as respostas formativas da instituição resultem de uma interpretação ajustada e fiel das necessidades detectadas, procurando ser, deste modo, adequadas, pertinentes e válidas.

É também essencial que a instituição se mantenha actualizada, no que respeita à recolha de informação técnica - idónea e substantiva - sobre diagnóstico de necessidades, para que a sua tomada de decisão tenha por base uma argumentação sólida e bem consolidada. Nesse sentido, os estudos técnicos a que recorre são de importância fulcral e não deve desperdiçar todos quantos existam, adequados e válidos para o contexto regional específico em que opera e no respeito pela sua vocação formativa.

Igualmente importante é que a instituição reflecta, analise e avalie a realidade e o contexto actual das escolas profissionais, identificando claramente, em termos de variáveis internas, os pontos fracos e fortes e, em termos de variáveis externas, as ameaças e as oportunidades, evidenciando aquelas que nos poderão afectar mais:

*Destacam-se, como **pontos fortes**:*

- a) A cada vez mais consistente experiência no campo da organização da formação;
- b) A capacidade consolidada de trabalho em rede das Escolas a nível nacional;
- c) O conhecimento do território envolvente e a interacção com o tecido económico e social;
- d) O mapeamento das necessidades de formação e a consequente adequabilidade e pertinência das ofertas formativas;
- e) A adopção de práticas pedagógicas assentes na individualização da formação e no respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem;
- f) A modularização das aprendizagens como pressuposto fundamental da aprendizagem;
- g) A qualidade dos recursos humanos e dos meios físicos afectos à formação;
- h) Os elevados índices de empregabilidade dos formandos;
- i) A boa imagem institucional adquirida junto da DREN e demais organismos tutelares e o exemplo de boas práticas que é por estas evidenciado e divulgado, pelo trabalho desenvolvido.

*Contudo, apesar desta valorização positiva, não se pode deixar de ter em conta as fragilidades traduzíveis nos seguintes **pontos fracos**:*

- a) A limitada capacidade de alargar a oferta de prestação de serviços, para além do serviço público financiado por recursos públicos nacionais e/ou comunitários;

- b) A insuficiente experiência na organização de acções de qualificação para a inclusão, particularmente pessoas com baixas qualificações e necessidades especiais de aprendizagem;
- c) Experiência ainda incipiente, na maior parte dos casos, na organização e oferta de formação contínua e prestação de serviços às empresas no desenvolvimento dos seus planos de formação;
- d) Reduzido número de Escolas geridas de acordo com as normas de gestão da qualidade.

*No campo das **ameaças**, evidenciam-se:*

- a) Lacunas significativas na identificação e definição de necessidades de formação aos diferentes níveis, questão que ultrapassa sobremaneira o domínio de intervenção das escolas;
- b) Insuficiente coordenação, na maior parte das regiões, da oferta disponibilizada pelos diferentes actores no terreno ao nível das formações de dupla certificação: escolas secundárias, escolas profissionais, centros de formação profissional e outros operadores;
- c) Ausência de uma rede de orientação ao longo da vida capaz de responder às necessidades dos diferentes públicos, particularmente dos jovens, feita por técnicos com competências nesta área e com uma visão abrangente das ofertas disponíveis;
- d) Dificuldade de manter padrões elevados e actualizados em equipamentos e instalações, tendo em conta o desgaste dos materiais e a adequação tecnológica dos contextos de aprendizagem.

*Evidenciam-se igualmente, no campo das **oportunidades**:*

- a) Grande enfoque nas políticas de educação, formação e valorização das qualificações, quer no programa do Governo, quer nos instrumentos operacionais do QREN, apesar da incerteza sobre os impactos decorrentes das orientações políticas de cortes orçamentais;
- b) Alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e incremento do número de alunos do secundário em cursos profissionais;
- c) Aumento do número de adultos em formação contínua nomeadamente no âmbito da iniciativa Novas Oportunidades;
- d) Grande enfoque político e operacional nas ofertas formativas que conferem dupla certificação;
- e) Disponibilização de recursos significativos dos fundos comunitários para as políticas de qualificação por via do FSE, particularmente nas 4 regiões com maior atraso estrutural: Norte, Centro, Alentejo e Açores;
- f) Crescente sensibilização dos empresários e das empresas para as problemáticas da valorização dos recursos humanos.

É pois neste contexto de oportunidades e desafios, apesar de incerto e certamente difícil, que a EPF pretende concretizar os seus objectivos de trabalho, materializados nas áreas de intervenção e acções específicas elencadas neste Plano.

3 PLANO DE ACTIVIDADES - ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ACÇÕES

Em consonância com o que atrás foi referido, as opções estratégicas da entidade centram-se, essencialmente, em duas áreas de intervenção formativa:

Eixo 1 – Qualificação Inicial;

Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

<p>EIXO 1 Qualificação Inicial</p>
<p>Destinatários</p>
<ul style="list-style-type: none"> . Jovens que concluíram o 3º ciclo do ensino básico, ou equivalente. . Jovens que concluíram o 12º ano de escolaridade e qualificação profissional de nível 3. . Jovens que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico, na idade legal prevista.
<p>Principais Objectivos da Intervenção Formativa</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Combater o insucesso e o abandono escolar precoce e prevenir a entrada de jovens com baixas qualificações no mercado de trabalho. - Promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens. - Promover ofertas de formação de dupla certificação, integrando os objectivos de qualificação e inserção profissional e/ou o prosseguimento de estudos. - Valorizar o ensino pós-secundário não superior e a qualificação de nível 5. - Promover a empregabilidade dos jovens. - Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.

<p>EIXO 2 Aprendizagem ao Longo da Vida</p>
<p>Destinatários</p>
<ul style="list-style-type: none"> . Activos empregados e desempregados. . População adulta.
<p>Principais Objectivos da Intervenção Formativa</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Elevar os níveis de qualificação dos activos – empregados e desempregados – assumindo o nível secundário como referencial de qualificação. - Alargar as possibilidades de acesso à formação por parte dos activos empregados, através da modulação e do ajustamento das ofertas. - Garantir a capitalização das formações de curta duração, realizadas no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional. - Expandir e consolidar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências. - Diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida. - Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.

Para cada uma delas, a entidade prevê a concretização das seguintes actividades/ acções/objectivos:

A. No domínio do Eixo 1 - Qualificação Inicial:

CURSOS PROFISSIONAIS (CP)

Modalidade de educação de nível secundário, que se caracteriza por um ensino prático que recorre à formação em contexto real e simulado de trabalho, aliando a teoria à vertente técnico-prática. Confere um diploma do ensino secundário e uma qualificação profissional de nível 4.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 1.2

No âmbito desta tipologia, prevê-se o **aumento/alargamento** da actual oferta formativa, por um lado com reposição directa de turmas de cursos já existentes e, por outro, com a inserção de novos cursos, que se prevêm:

- Para o ano lectivo 2010/2011 (já em funcionamento)

Cursos Repostos:

- . Técnico de Gestão/ Planeamento e Produção
- . Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
- . Técnico de Gestão de Equipamento Informático
- . Técnico de Instalações Eléctricas
- . Técnico de Multimédia
- . Técnico de Electrónica, Automação e Instrumentação

Cursos Novos:

- . Técnico de Design de Moda;
- . Técnico de Energias Renováveis

(incremento de 11 para 12 turmas de CP)

- Para o ano lectivo 2011/2012 (candidatura a apresentar a partir de Fevereiro/2011)

Cursos a repôr ():*

(*) - Nota: proposta formativa sujeita a articulação com a rede de escolas do concelho

- . Técnico de Gestão/ Planeamento e Produção
- . Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
- . Técnico de Gestão de Equipamento Informático
- . Técnico de Multimédia
- . Técnico de Electrónica, Automação e Instrumentação
- . Técnico de Energias Renováveis
- . Técnico de Design de Moda

(incremento de 12 para 13 turmas de CP)

CURSOS DE EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO (CEF)

Oferta formativa que permite uma qualificação profissional de nível 2 ou 4, associada à equivalência ao 9º ou 12º ano de escolaridade, respectivamente. Visa a aquisição de competências escolares, académicas, técnicas, sociais e relacionais, sendo que a estrutura, o conteúdo e a duração das componentes de formação, variam em função do perfil de ingresso de cada participante, em especial das competências de natureza técnica e académica previamente adquiridas.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 1.3

No âmbito desta tipologia, prevê-se a **manutenção** da actual oferta formativa:

- Para o ano lectivo 2010/2011 (já em funcionamento)

Cursos Repostos:

- . CEF Electricista de Instalações (Tipo 2)
(manutenção das actuais 2 turmas de CEF)

- Para o ano lectivo 2011/2012 (candidatura a apresentar a partir de Fevereiro/2011)

Cursos a repôr:

- . CEF Electricista de Instalações (Tipo 2)
(manutenção das actuais 2 turmas de CEF)

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA (CET)

Ofertas formativas pós-secundárias não superiores, que visam conferir qualificação profissional de nível 5, possibilitando a aquisição de créditos em formações superiores.

Fonte de Financiamento: POPH/Tipologia 1.4

No âmbito desta tipologia, prevê-se a **retoma futura** desta oferta formativa:

- Para o ano lectivo 2011/2012 (candidatura a apresentar oportunamente, previsivelmente a partir de Maio/2011)

Cursos Novos:

- . CET de Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos
 - . CET de Banca e Seguros
- (incremento de 2 novas turmas de CET)

B. No domínio do Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida:

**PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS (RVCC)**

Apoio ao funcionamento dos Centros Novas Oportunidades, para desenvolvimento do processo RVCC e da formação complementar associada.

Fonte de Financiamento: POPH/Tipologia 2.1

- Centro Novas Oportunidades - RVCC

O Centro Novas Oportunidades da EPF está em funcionamento pleno, actuando nas áreas do reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico e de nível secundário e igualmente no encaminhamento das populações adultas da região, para ofertas formativas qualificantes. O seu actual plano de acção tem duração de 2 anos, vigorando entre 2010 e 2011, sob tutela da ANQ – Agência Nacional para a Qualificação.

Apresenta as seguintes metas anuais de trabalho:

- . 800 Adultos Inscritos
- . 720 Adultos em Diagnóstico
- . 432 Adultos em Processo de Reconhecimento

Prepara-se já a entrada futura do CNO na vertente de RVC Profissional, ponderando-se iniciar o processo na área das ciências informáticas.

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)

Ofertas integradas de educação e formação, que conferem dupla certificação e que integram componentes de formação de base, profissionalizante e prática, variáveis em função da tipologia de percurso e dos níveis de qualificação que conferem;

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 2.2

- Encontram-se actualmente em execução, dois projectos a vigorar **para o período 2010-2011-2012:**

- Cursos EFA Secundário de Dupla Certificação:

- . 1 acção - EFA de Técnicas de Apoio à Gestão

- Cursos EFA Secundário Escolar

- . 4 acções – EFA – Tipo A
- . 1 acção – EFA – Tipo B

- Aguarda-se a abertura de novo período de candidaturas para esta tipologia de formação **para o período 2011-2013**. Caso a mesma venha a ocorrer, prevê-se a apresentação da seguinte proposta formativa:

- Cursos EFA de Dupla Certificação:

- . 1 acção - EFA Secundário de Técnicas de Apoio à Gestão
- . 1 acção – EFA Secundário de Instalação e Manutenção de Sistemas Informáticos
- . 1 acção – EFA Básico de Técnico de Electrónica

- Cursos EFA Escolar

- . 2 acções – EFA Secundário – Tipo A
- . 1 acção – EFA Secundário – Tipo B

FORMAÇÕES MODULARES CERTIFICADAS (FMC)

Ofertas formativas de curta duração estruturadas em módulos que correspondem a percursos de educação e formação que integram o Catálogo Nacional de Qualificações, abrangendo os níveis 2 a 5 de qualificação.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 2.3

- Aguarda-se a abertura de novo período de candidaturas para esta tipologia de formação. Caso a mesma venha a ocorrer, prevê-se a apresentação de um Pacote Formativo para um volume global de cerca de 35.000 horas de formação, estruturadas em unidades de formação quer da componente de formação de base, quer da componente tecnológica.

C. Outros Projectos

Acções de Formação Auto-financiadas - A entidade prevê manter um pacote formativo de 10 acções de formação em TIC, em regime de auto-financiamento, que constituirá receita própria da instituição, para suporte de custos privativos inerentes à sua actividade.

Prestação de Serviços G-Tek – Através do seu Gabinete Técnico, a entidade manterá a sua disponibilidade para a prestação de serviços audiovisuais e multimédia, cujas verbas constituirão receita da instituição, para suporte de custos privativos inerentes ao seu funcionamento.

Outros Projectos com Dimensão Formativa - Na prossecução da sua missão, a entidade manter-se-á atenta às oportunidades que venham a surgir no decorrer do ano civil de 2011, que se apresentem consentâneas com o seu perfil e actividade e se revelem pertinentes para o desenvolvimento do seu projecto estratégico de intervenção na comunidade regional.

4 INVESTIMENTOS EM IMOBILIZADO

RECURSOS TÉCNICOS E MATERIAIS

O esforço de alargamento da actividade formativa da instituição, nomeadamente com a entrada de novos cursos profissionais e cursos de educação e formação de adultos, exigirá o investimento oportuno e faseado em novos recursos técnicos e materiais, apesar de a actual capacidade de acolhimento da Instituição permitir, em termos gerais, responder ao reforço de acção formativa prevista, quer em termos de equipamento da área formativa, quer da área administrativa e de apoio.

Haverá porém necessidade de actualização e reforço de equipamentos, em especial nas *áreas de energias renováveis, têxtil, vestuário e calçado, multimédia, electricidade e electrónica.*

Regista-se igualmente como prioridade de curto prazo, a aquisição de 2 novas viaturas para transporte de formandos e funcionamento geral da instituição, visando prioritariamente a substituição de viaturas antigas que não respondem mais às actuais necessidades de deslocação dos formandos, quer em termos de conforto, quer de segurança.

Deste modo e respeitando a filosofia estratégica que tem vindo a definir, a Escola manterá o princípio de investimento regular e periódico na **atualização e reforço de equipamentos**. Igualmente se manterá nesta matéria, o princípio do estabelecimento de prioridades – acima evidenciadas - face à limitação dos recursos financeiros disponíveis, sendo que se consideram sempre prioritários os investimentos em recursos técnicos directamente afectos à área formativa.

As **infraestruturas escolares** apresentam ainda níveis de salubridade aceitáveis, mas registam crescente degradação, obrigando à sua manutenção permanente, **registando elevada taxa de utilização**, quer em regime diurno, quer em pós-laboral. Por outro lado, o **recurso ao aluguer de monoblocos pré-fabricados** – solução provisória encontrada para aumentar a capacidade de acolhimento das instalações escolares – apresenta-se já substancialmente oneroso no orçamento da instituição, sendo apenas possível porque tais custos estão diluídos pelos diversos projectos formativos em curso e são actualmente elegíveis, mas **terá que ser reequacionado em termos de viabilidade e sustentabilidade financeira futura**.

Deste modo considera-se que o projecto de **REMODELAÇÃO DE ACTUAIS INSTALAÇÕES** ou **NOVAS INSTALAÇÕES** para a EPF, deve ser assumido como projecto prioritário e premente, para um futuro duradouro e sustentável deste Estabelecimento de Ensino privado, integrado na rede de Escolas Profissionais e no Sistema Nacional de Educação.

5 ORÇAMENTO PREVISIONAL PARA 2011

A estimativa de RECEITAS/RECEITAS PRÓPRIAS, diz respeito à geração de proveitos privativos que revertem, exclusivamente para suporte a custos privados de funcionamento da entidade.

A estimativa de RECEITAS/SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO, é efectuada com base, exclusivamente, em candidaturas apresentadas ao POPH, encontrando-se as mesmas nos estados:

- **Aprovada**/em execução (as que respeitam ao período 2010-2011)
- **Aprovação Previsível** (as que respeitam ao período 2011-2012, exclusivamente de cursos profissionais e CEF, cuja continuidade está assegurada)

PROVEITOS (Parte 2011)	
RECEITAS PRÓPRIAS	8.500,00 €
72 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6.000,00 €
. Serviços de Secretaria	1.000,00 €
. Projectos de formação auto-financiados	2.500,00 €
. Serviços G-Tek	2.500,00 €
73 - PROVEITOS SUPLEMENTARES	2.500,00 €
. Mercadorias Bar e Papelaria	2.500,00 €
SUBSÍDIOS	2.545.062,68 €
74 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2.545.062,68 €
POPH/1.2 - Cursos Profissionais (CP)	1.393.489,17 €
. Projecto CP (Janeiro-Agosto 2011)	910.300,44 €
. Projecto CP (Setembro-Dezembro 2011 - <i>previsão</i>)	483.188,73 €
POPH/1.3 - Cursos de Educação-Formação (CEF)	279.230,52 €
. Projecto CEF (Janeiro-Agosto 2011)	183.736,68 €
. Projecto CEF (Setembro-Dezembro 2011 - <i>previsão</i>)	95.493,84 €
 POPH/2.1 -Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	 406.811,08 €
. Projecto RVCC/ Centro Novas Oportunidades 2011	406.811,08 €
POPH/2.2 -Educação e Formação de Adultos	465.531,91 €
. Projecto EFA Escolar 2010-2012 (parte 2011)	347.880,65 €
. Projecto EFA Dupla Certificação 2010-2012 (parte 2011)	117.651,26 €

No que respeita à previsão de CUSTOS, entendemos pertinente realçar que estes serão sempre fortemente e/ou proporcionalmente influenciados pela aprovação e execução efectiva de um conjunto de candidaturas que se prevêm, mas cujo resultado final não se encontra ainda apurado.

Por outro lado, manter-se-á a linha adoptada de rigor e contenção de custos, no sentido de se conseguir manter os fundos de tesouraria dentro dos limites que estão estabelecidos.

É igualmente possível, prever algumas situações que se virão a apresentar, delas se destacando:

1. A expectável manutenção de custos com encargos financeiros/juros suportados, tendo em conta o actual *plafond* da conta-corrente da instituição junto da Caixa Geral de Depósitos, de 350.000 Euros, para fazer face a despesas correntes de funcionamento elegíveis pelas candidaturas da entidade.
2. Um aumento dos encargos com pessoal, tendo em conta actualizações salariais e alterações substanciais no âmbito de novas obrigações no âmbito da aplicação do novo Código Contributivo.
3. A manutenção de uma verba significativa para investimento em imobilizado, no respeito pelas prioridades identificadas no ponto 4 do presente plano.

CUSTOS (Parte 2011)	
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.350.000,00 €
64 CUSTOS COM PESSOAL	1.126.000,00 €
65 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1.500,00 €
66 AMORTIZAÇÕES	55.000,00 €
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	12.500,00 €
TOTAL DE CUSTOS	2.545.000,00 €

No que respeita ao RESULTADO LÍQUIDO, prevê-se que o mesmo se mantenha baixo, mas positivo, face ao que foi exposto.

Felgueiras, Dezembro de 2010
A Gerência

